

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
 TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 12ª REGIÃO
 RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
 DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 SETEMBRO/2009 A AGOSTO/2010

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ Mil

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (últimos 12 meses)		
	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	TOTAL
	(a)	(b)	(c) = (a) + (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	426.569	493	427.062
Pessoal Ativo	351.636	308	351.944
Sentenças Judiciais Sem Precatório (do Próprio Órgão)	117		117
Sentenças Judiciais com Precatório (do Próprio Órgão e de Outros da Administração Direta)	2.562	33	2.595
Demais despesas com Pessoal Ativo	348.957	275	349.232
Pessoal Inativo e Pensionistas	74.933	185	75.118
Sentenças Judiciais Sem Precatório (do Próprio Órgão)	567	-	567
Sentenças Judiciais com Precatório (do Próprio Órgão e de Outros da Administração Direta)			-
Demais despesas com Pessoal Inativo e Pensionistas	74.366	185	74.551
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)			-
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	90.227	98	90.325
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária			-
Decorrentes de Decisão Judicial	2.713	33	2.746
Despesas de Exercícios Anteriores	17.770	65	17.835
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	69.744		69.744
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	336.342	395	336.737

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)			479.816.372
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (V) = (III c / IV)*100	0,070098%	0,000082%	0,070180%
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%>	0,125105%		600.274
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%>	0,118850%		570.261

FONTE: SIAFI 2009/2010 e Serviço de Orçamento e Finanças

Notas: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

Devido à impossibilidade de se segregar os valores entre Ativos, Inativos e Pensionistas, quanto às Sentenças Judiciais com Precatório (do Próprio Órgão e de Outros da Administração Direta), todo o saldo foi lançado como Pessoal Ativo.

O item "Sentenças Judiciais com Precatório (do Próprio Órgão e de Outros da Administração Direta)", de Pessoal Ativo, é composto dos seguintes valores:

1) R\$ 2.254 para Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado de Pequeno Valor (SPV), sendo liquidado no período o valor de R\$ 2.221 e inscrito em Restos a Pagar o valor de R\$ 33; 2) R\$ 341 para Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado (Pecatório da Administração Direta), sendo Totalmente liquidado no período.

A Contribuição Patronal, do período em referência, contabilizado como despesa nas Naturezas da Despesa "319113.03 - Contribuição Patronal para o RPPS, no Valor de R\$ 50.696, Restos a Pagar, conforme conta contábil 292130203 - Cred. Empenhado-Executado por Inscrição de RP, no valor de R\$ 90 e

Natureza da Despesa 319192.06 - Contribuições Patronais para o PSSS, no valor de R\$ 497, foram lançados no item "Demais Despesas com Pessoal Ativo",

#####

GILMAR CAVALIERI
 Juiz-Presidente

LUIZ FERNANDO DE ANDRADE BLANCO
 Diretor-Geral da Secretaria

SANDRO BELTRAME
 Diretor da Secretaria Administrativa

SIDÔNIO JACINTHO DE OLIVEIRA NETO
 Assessor de Controle Interno